

LILIAN OLIVEIRA DE AZEVEDO ALMEIDA
RAVI PEIXOTO
PAULO RIBAS

Coordenadores

DIREITO MUNICIPAL

EM DEBATE

VOLUME 8

Prefácio
LAFAYETTE DE ANDRADA

Apresentação
MARILENA INDIRA WINTER

FORUM

Lilian Oliveira de Azevedo Almeida
Ravi Peixoto
Paulo Ribas
Coordenadores

Prefácio
Lafayette de Andrada

DIREITO MUNICIPAL EM DEBATE

Volume 8

A obra versa sobre temas desafiadores do Direito Municipal. Nos artigos e pareceres desta obra, tem-se, por exemplo, pareceres sobre a cobrança de IPTU em face de empresa privada que atua em concessão de serviço aeroportuário e providências tributárias a serem tomadas em virtude do reconhecimento e inclusão do uso do nome social de pessoas travestis e transexuais. Discute-se a forma de pagamento de dívidas do poder público decorrentes de acordos extrajudiciais em relação a processos já submetidos ao Poder Judiciário e mesmo as inconstitucionalidades da Emenda Constitucional nº 132/2023. Há, ainda, texto que aborda a essencialidade da Advocacia Pública municipal para a concretização das políticas públicas locais e alcance do desenvolvimento nacional.

Verifica-se que eles reforçam a importância cuidadosa e vigilante da Advocacia Pública municipal para a correta atuação dos Municípios e sua relevância para a consecução dos direitos fundamentais.

Área específica

DIREITO MUNICIPAL

Áreas afins do livro

DIREITO PROCESSUAL CIVIL;
DIREITO CONSTITUCIONAL;
DIREITO TRIBUTÁRIO;
DIREITO PROCESSUAL;
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Palavras-chave

DIREITO MUNICIPAL; DIREITO
CONSTITUCIONAL; DIREITO TRIBUTÁRIO;
DIREITO PROCESSUAL. PRECATÓRIOS.
DIREITOS FUNDAMENTAIS. INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL. LINDB; APOSSAMENTO
ADMINISTRATIVO.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 3652

D598 Direito municipal em debate / Lilian Oliveira de Azevedo Almeida, Ravi Peixoto, Paulo Ribas (coord). Belo Horizonte: Fórum, 2025. v. 8.

256 p. 14,5x21,5cm
v. 8

ISBN impresso 978-65-5518-890-5

ISBN digital 978-65-5518-891-2

1. Direito municipal. 2. Direito constitucional. 3. Direito tributário. 4. Direito processual. 5. Precatórios. 6. Direitos fundamentais. 7. Inteligência artificial. 8. Lindb. 9. Apossamento administrativo. I. Almeida, Lilian Oliveira de Azevedo. II. Peixoto, Ravi. III. Ribas, Paulo. IV. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Lilian Oliveira de Azevedo Almeida é Presidenta da ANPM. Procuradora do Município de Salvador. Procuradora Adjunta de Gênero e Raça da OAB Bahia (2024–2026). Integrante da Comissão do Terceiro Setor da OAB/BA e OAB/SP. Membro do Comitê do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) de Salvador/BA. Membro da Comissão de Diversidade Racial do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Especialista em Direito Municipal e Processual. Foi Vice-Presidenta da Associação Nacional dos Procuradores Municipais – ANPM (2021–2023). Coordenadora das Representações da Procuradoria-Geral do Município de Salvador (2019–2023). Subsecretária da Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza e ex-Secretária de Promoção Social e Combate à Pobreza (2017–2019).

Ravi Peixoto é Doutor em Direito Processual pela UERJ. Mestre em Direito pela UFPE. Professor da Faculdade de Direito do Recife (UFPE). Procurador do Município do Recife. Advogado. Membro da ANNEP, do CEAPRO e do IBDP. *E-mail*: ravipeixoto@gmail.com.

Paulo Henrique Ribas é Professor da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) – *campus* Curitiba. Professor do Curso Jurídico. Procurador do Município de Curitiba. Vice-Presidente da APMC (Associação dos Procuradores do Município de Curitiba). Diretor de Eventos Científicos da ANPM (Associação Nacional dos Procuradores Municipais). Presidente da Comissão da Advocacia Pública da OABPR. Membro da Comissão da Advocacia Pública do Conselho Federal da OAB. Especialista em Direito pelo Instituto Romeu Felipe Bacellar. Mestre em Direito pela PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Lafayette de Andrada	11
APRESENTAÇÃO	
Marilena Indira Winter	13
AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA NEGATIVA DE DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL LOCADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APÓS FINDO O SEU PRAZO DE DURAÇÃO: DA TRANSMUTAÇÃO DA RELAÇÃO <i>EX</i> <i>LOCATO</i> EM APOSSAMENTO ADMINISTRATIVO	
Valdecir Balbino da Silva	17
1 Introdução	17
2 As peculiaridades do contrato de locação celebrado entre o particular e a Administração Pública	17
3 Do apossamento administrativo ou desapropriação indireta	20
4 Consequências jurídicas da negativa de desocupação do imóvel locado pela Administração Pública após findo o seu prazo de duração – da transmutação da relação <i>ex locato</i> em apossamento administrativo	21
5 Considerações finais	28
Referências	28
A ESSENCIALIDADE DA ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL PARA A CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS E ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL	
Edcarlos Alves Lima	31
Introdução	31
1 O município, o planejamento e a concretização das políticas públicas	32
2 As dificuldades reais dos entes subnacionais na gestão pública: a necessidade de uma burocracia técnica e estável	36
3 O papel da advocacia pública em âmbito municipal	40
4 A necessidade de defesa da existência de órgão permanente de advocacia pública nos municípios	46
Considerações finais	51
Referências	52
AS INCONSTITUCIONALIDADES DA EMENDA CONSTITUCIONAL 132/2023	
Hélio Augusto Teixeira Silva	55
Introdução	55
1 A cláusula pétrea do princípio federativo: a forma federativa do Estado brasileiro	57
2 Da inconstitucionalidade por quebra de decoro	64
Considerações finais	66
Referências	67

ANÁLISE DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.398.041/SP:
EFEITOS NORMATIVOS E REPERCUSSÕES PRÁTICAS NA
SEARA DOS FATOS

André Fabiano Guimarães de Araújo	69
Introdução.....	69
1 Considerações preliminares.....	72
2 Do momento em que o julgamento do STF passou a produzir efeitos	73
3 Precedentes do STF e considerações doutrinárias pertinentes.....	74
4 Análise da decisão do STF no RE 1.398.041/SP.....	75
5 Da norma judicial que se extrai da decisão do RE 1.398.041/SP.....	77
6 Dos efeitos práticos da decisão do STF no RE 1.398.041/SP.....	83
Conclusões.....	85
Referências	87

A VERTICALIDADE INSTITUCIONAL COMO
FUNDAMENTO DA PROPOSTA DE SÚMULA VINCULANTE
Nº 142/DF PARA EFETIVAÇÃO DA GARANTIA DA
INVIOABILIDADE FUNCIONAL À ADVOCACIA

Robson Soares de Souza	89
1 Introdução.....	89
2 Do sistema jurisdicional constitucional	95
2.1 Sistema jurisdicional e o Poder Judiciário	95
2.2 Sistema jurisdicional e as funções Essenciais à Justiça.....	96
3 Da horizontalidade das garantias dos Magistrados, Ministério Público e Advogados no exercício funcional	99
3.1 Da previsão legal relativa à responsabilização funcional de juízes e membros do Ministério Público.....	101
3.2 Do contexto de responsabilização funcional dos advogados públicos.....	104
4 Aspectos subjetivos de responsabilização funcional e horizontalidade de tratamento para aplicação de penalidades.....	106
4.1 Do contexto normativo relativo à responsabilização do Advogado Público	107
5 A proposta de Súmula Vinculante nº 142/DF e a garantia de inviolabilidade prevista aos advogados.....	109
6 Considerações finais.....	111
Referências	112

IPTU. COMPLEXO AEROPORTUÁRIO DE FORTALEZA.
CONCESSÃO DO SERVIÇO AEROPORTUÁRIO À EMPRESA
PRIVADA. EVIDENTE INTUITO LUCRATIVO E PREVISÃO
DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS AOS ACIONISTAS.
INEXISTÊNCIA DO DIREITO À IMUNIDADE TRIBUTÁRIA
RECÍPROCA

PARECER

Pablo Freire Romão	115
Relatório	115
Fundamentação	116
1 O contrato de concessão do aeroporto de Fortaleza.....	116
2 A imunidade tributária recíproca e o entendimento do STF	126

3	A incidência do IPTU à luz da sujeição passiva da concessionária.....	156
	Conclusão.....	161

CONFLITO APARENTE DE NORMAS, DISTÂNCIA MÍNIMA DE APP EM LOTES URBANOS, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, FALTA DE REGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL

	Alex Roberto Padovani	163
	Parecer Jurídico nº /2022.....	163
I	Relatório	164
II.	Fundamentação.....	164
1	Alterações legislativas.....	164
	Mudanças no Código Florestal (Lei nº 12.651/2012):.....	165
	Mudanças na Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/76):.....	167
2	Faixa não-edificável e APP	168
3	Omissão legislativa municipal e conflito de aparente de normas	168
3.1	Tema repetitivo 1010 do STJ.....	169
3.2	Efeito vinculante do tema 1010 do STJ.....	173
4	Conflito de normas. Regularização fundiária em APP.....	175
4.1	Da constitucionalidade, validade e aplicabilidade da regularização fundiária em APP	177
4.2	Das exceções ao cumprimento de distância mínima em APP previstas no código ambiental	178
5	Recomendação administrativa	179
6	Efeitos da decisão administrativa	180
III	Conclusão.....	180

O RECONHECIMENTO DO NOME SOCIAL DE PESSOAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: IMPLICAÇÕES JURÍDICAS E TRIBUTÁRIAS

	Gustavo Machado Tavares	183
1	Do relatório	183
2	Da fundamentação	184
3	Da conclusão.....	198

FORMA DE PAGAMENTO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ACORDOS EXTRAJUDICIAIS A SEREM FIRMADOS PELA PGM NO ÂMBITO DAS CÂMARAS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL QUANDO ENVOLVEREM CONTROVÉRSIA JÁ SUBMETIDA AO JUDICIÁRIO

	Marcela Vila Nova de Almeida Barbosa	199
	Relatório	200
	Fundamentação	201
1	Breve introdução sobre as principais normas que regem a solução consensual de conflitos pela administração pública	201
2	Acordo homologado judicialmente: submissão ao regime de precatórios	204

3	Acordo extrajudicial de conflito judicializado: posições divergentes sobre a obrigatoriedade ou não de submissão ao regime de precatórios.....	207
3.1	Corrente restritiva: impossibilidade de acordo para pagamento administrativo fora do regime de precatórios, após o ajuizamento da ação judicial.....	209
3.2	Corrente permissiva: possibilidade de acordo para pagamento administrativo fora do regime de precatórios antes do trânsito em julgado.....	211
3.3	Corrente intermediária: possibilidade de acordo para pagamento administrativo fora do regime de precatórios antes da sentença. Opção que parece mais adequada à Administração Pública.....	213
3.4	Da (des)necessidade de submissão do acordo administrativo à homologação judicial. Análise da Lei Complementar Municipal nº 320/2021.....	219
4	Conclusão.....	222

DIREITOS DAS PESSOAS AFETADAS POR SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A OBSERVÂNCIA DOS SEGREDOS INDUSTRIAL E COMERCIAL

Daniela Copetti Cravo	225
1 Introdução.....	225
2 Regulação da inteligência artificial e a tutela de direitos	226
3 Observância dos segredos industrial e comercial	229
4 Proposta de harmonização	232
5 Considerações finais	236
Referências	238

O STF, O ERRO GROSSEIRO E A CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28 DA LINDB: ANÁLISE DO JULGAMENTO DAS ADIS 6421 E 6428

Rafael Ramos	241
1 Considerações iniciais.....	241
2 Texto e contexto da Lei nº 13.655/2018	243
3 A constitucionalidade da limitação da responsabilidade do gestor público.....	244
4 Responsabilização e proporcionalidade: da proibição de excesso à proibição de proteção insuficiente	248
5 A LINDB e os órgãos de controle externo	250
6 Considerações finais.....	252
Referências	253

SOBRE OS AUTORES	255
-------------------------------	-----